



ACÓRDÃO Nº 202/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 11323/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Rio Preto da Eva – SAAE.

4- Exercício: 2013.

5- Responsáveis: Sr. Lauro da Cruz Farias, Diretor do SAAE Rio Preto da Eva, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação Conclusiva nº 686/2015 (fls. 391/445).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2075/2015-MP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 446/456).

8- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Rio Preto da Eva – SAAE. Exercício 2013.

Contas irregulares. Multas. Prazo. Cobrança Executiva. Recomendação e Determinação à Administração do SAAE. Determinação à próxima Comissão de Inspeção.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1– Julgar irregular a Prestação de Contas do **Sr. Lauro da Cruz Farias**, Diretor do SAAE Rio Preto da Eva, exercício de 2013, nos termos do art. 22, inciso III, “b” c/c o art. 25, ambos da Lei nº 2423/96;

9.2 - Multar o Sr. Lauro da Cruz Farias, pelos subitens 6.3 Restrição – 3; 6.4 Restrição – 4.1, 4.2, 4.3, 4.5, 4.6 e 4.7, 6.5 Restrição – 5.2, 5.3, 5.4, 5.5 e 5.6; 6.6 Restrição – 6.1, 6.3, 6.4 e 6.5; 6.11 Restrição 13 e 6.12 Restrição 14, 14.1 e 14.2 do relatório/voto, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), **por grave infração à norma legal**, conforme disposto no art. 308, inciso VI, da Resolução TCE nº 04/2002 com a nova redação dada pelo art. 2º da Resolução nº 25/2012;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 202/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.3- Multar o Sr. Lauro da Cruz Farias, pelo subitem 6.1 do Relatório/Voto, no valor de **R\$ 13.152,36** (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos), pela **inobservância de prazo para o envio de dados ao Sistema ACP** (Auditor de Contas Públicas), na forma do art. 308, inciso II, da Resolução TCE nº 04/2002 com a nova redação dada pelo art. 2º da Resolução nº 25/2012;

9.4 - Determinar prazo de 30 dias para recolher as multas aos cofres da Fazenda Pública Estadual nos termos do art. 72, inciso II, da Lei nº 2423/1996 c/c o art. 174 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.5 - Autorizar, caso os valores das referidas condenações não venham a ser recolhidos dentro do prazo estabelecido, a **inscrição do débito na Dívida Ativa** pela Fazenda Pública Estadual, bem como a instauração da **cobrança executiva**, em consonância com o art. 72, inciso III, “a” c/c art. 73 ambos da Lei 2423/96 e arts. 169, inciso II, 173 e 308, §6º da Resolução 04/2002 – TCE/AM;

9.6 - Recomendar que a administração do SAAE – Rio Preto da Eva:

- a)** Providencie a análise, em final de exercício, dos saldos de empenhos a liquidar, de forma que só conste em Restos a Pagar Não Processados os casos previstos na legislação, sob pena de aplicação das sanções legais;
- b)** Indique, em todos os seus contratos, o recurso próprio para toda a despesa; caso a despesa ultrapasse um exercício financeiro, deve indicar sua previsão no Projeto de Lei Orçamentária Anual;
- c)** Responda e atenda às solicitações desta Corte de Contas, em atenção aos arts. 33 e 54 (inciso VI) da Lei 2.423/96, sob pena de aplicação das sanções legais.

9.7- Determinar que a administração do SAAE – Rio Preto da Eva:

- a)** Confeccione projetos básicos que possuam o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o serviço, objeto da inexigibilidade de licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, em cumprimento ao RT. 6º, IX, da Lei nº 8.666/93;
- b)** Justifique os preços de sua dispensa e inexigibilidades, em cumprimento ao art. 26, parágrafo único, inc. III, da Lei nº 8.666/93;
- c)** Realize despesas mediante prévio empenho, em cumprimento ao art. 60, da Lei 4.320/64;
- d)** Realize Concurso Público para admissão de profissionais em cumprimento ao art. 37, II, CF/88;

9.8- Determinar que a próxima Comissão de Inspeção verifique a criação da Lei que disciplina o Controle Interno no SAAE, subitem 6.2 Restrição 2 do Relatório/Voto;

10- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 02 de março de 2016.

Diário Eletrônico do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS - DIRAC

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 202/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Erico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 0E63B4E-7D48D39F-6CA85CBA-53E6F2E4